



Texto da servidora Marysol Damasceno

Ingressei jovem num Tribunal igualmente jovem. Ele veio em 1982 e eu cheguei em 1993. Eu tinha 26 e ele 11. Hoje estou com 39 e ele com 40. Sem questionamentos sobre os números, por gentileza. Considerem como erro material que, adianto, não será corrigido.

Particpei praticamente de 30 anos da trajetória dessa instituição que é ímpar ao mesmo tempo que é 10. Presenciei um crescimento estrutural, cultural e social gigantesco e elogiável, digno mesmo de aplausos.

E eu aplaudo. E eu me orgulho. E eu torço para sempre ter motivos para aplaudir e me orgulhar mais ainda.

Recém concursada para meu primeiro cargo efetivo, quando ainda estava na faculdade de direito e, acreditem, sonhava em trabalhar numa Junta de Conciliação e Julgamento, apresentei-me ao trabalho e fui lotada a contragosto na área administrativa. Tiveram a ver com isso, diretamente, o então Secretário de Recursos Humanos, Jodeir, e o Diretor-Geral, Dr. Laicer Barbosa, os dois já

aposentados após longos períodos de gestão, deixando bastante saudade.

Após uma conversa inicial sobre a “experiência profissional” que eu detinha até então (visualizem aqui o *emoticon* com cara de paisagem), eles viram no meu perfil um bom apoio operacional para a área que estava em vias de ser criada: a de gestão de benefícios. Por favor, não entendam isso como uma reclamação. A menção é só para registrar como a vida dá voltas; e que bom que dá.

E foi assim que comecei a trabalhar no segundo andar do edifício da quadra 513 norte, quando os corredores tinham piso vinílico, as mesas eram em cerejeira, as máquinas de escrever numerosas, o papel carbono farto e os computadores raros e limitados.

Os armários eram daqueles metálicos e neles armazenávamos rechonchudas pastas poliondas, suspensas ou do tipo A/Z. Os processos administrativos tinham capa branca, os judiciais eram coloridos, de acordo com a classe processual, e nos elevadores sociais vira e mexe aparecia o aviso “proibido entrar com carrinhos de processos”. Era para

proteger os espelhos. Certo.

Aliás, não tínhamos no antigo prédio do edifício sede (atual Foro de Brasília) nenhum elevador social que alcançasse a cobertura. Lembro-me das dificuldades que os portadores de deficiência enfrentavam para comparecer aos eventos no Coqueijo Costa. Problema anotado pela administração, tratado com a costumeira sensibilidade e resolvido assim que deu, com o empenho de um monte de gente, em especial do pessoal do então Departamento de Obras. Também não existia o que hoje é o primeiro andar daquele edifício. Havia um pequeno mezanino e o pé direito do térreo acima da sala de sessões do Tribunal Pleno era imenso (e lindo). Mas foi preciso aproveitar o espaço aéreo para acomodar melhor unidades funcionais.

Muitas coisas aconteceram e mudaram nestes 40 anos de Tribunal. E falo com olhos de quem ingressou na área de benefícios, quando era denominada Diretoria do Serviço de Assistência ao Pessoal-DSAP, e caminhou pela Secretaria de Recursos Humanos, pelo Gabinete de quatro Desembargadores para lá de especiais: Dra. Calsing, Dr. João Amílcar, Dr. Ricardo e Dr. Braz Henriques (assim mesmo, com “z”, sem acento e com “s” no final do Henriques, como nunca foi demais conferir), pela Assessoria da Presidência, pela Assessoria da Revista, de novo pelo Recursos Humanos, agora denominado Gestão de Pessoas, pela Assessoria da Diretoria-Geral, pela própria Diretoria-Geral, pela Secretaria-Geral da Presidência, pela Secretaria de uma Vara do Trabalho e pelo TST (tive a honra e o privilégio de trabalhar com o saudoso Ministro Moura França, com a espetacular Ministra Calsing e ando por lá de novo, agora com o Ministro Dezena, que veio da 15ª Região mas já começa o nome com 10).

Se não me engano, entre cargos efetivos e comissionados em unidades jurisdicionais e administrativas, tomei posse pelo menos 13 vezes no Tribunal.

E por que menciono isso?

Porque não é em qualquer Tribunal



Federal que uma menina parda, vinda de escola pública, filha de mãe caminhoneira (minha musa, D. Darcy, ainda menina já desbravava as estradas desse país pilotando um “FeNeMe”, com os poucos recursos que existiam nas décadas de 50 e 60), sem nenhum tipo de apadrinhamento, tem a oportunidade de galgar todos os degraus possíveis da carreira de servidor público do Poder Judiciário, tornando-se Diretora-Geral.

Fui introduzida formalmente nas atividades de gestão pelas mãos da Dra. Maria de Assis Calsing, que fez eu subir a escada de serviço do segundo para o terceiro andar com as pernas bambas, pensando em qual poderia ser a razão daquele inusitado chamado no meio da tarde para comparecer com urgência à Presidência (até então eu só a conhecia de vista). Mas o que eu jurava que ia ser um puxão de orelha - por algo que eu pudesse ter falado na palestra da qual havia participado no dia anterior - era, na verdade, um surpreendente e honroso convite para integrar a equipe de gestores da administração. E retornei à área meio em outras oportunidades, depois de desafiadores convites feitos pelas maravilhosas Dra. Terezinha Kineipp, Dra. Flávia Falcão e Dra. Maria Regina e pelos inspiradores e

incentivadores Dr. Mário Caron, Dr. Ricardo Machado e Dr. Pedro Foltran.

Sabe lá o que é isso? Gosto de pensar que é reconhecimento e respeito.

E desde o meu ingresso presenciei inúmeros movimentos evolutivos, alguns ousados, que colocaram o TRT10 em lugar de destaque. Não consigo citar todos, claro; por isso vou mencionar apenas os que primeiro a memória selecionar.

Vi o número de Varas do Trabalho no mínimo duplicar, considerando as malhas jurisdicionais do Distrito Federal e do Tocantins. Vi a Fazendinha nascer e ser assim batizada. Vi a reforma do Foro Trabalhista de Brasília, a mudança da sede para o representativo edifício erguido originalmente para abrigar a Corte Superior da Justiça do Trabalho e a inauguração dos edifícios dos novos Foros de Palmas, de Gurupi, de Araguaína e de Taguatinga. Vi estagiários se transformarem em servidores; servidores em juízes, juízes em desembargadores e desembargadores em Ministros.

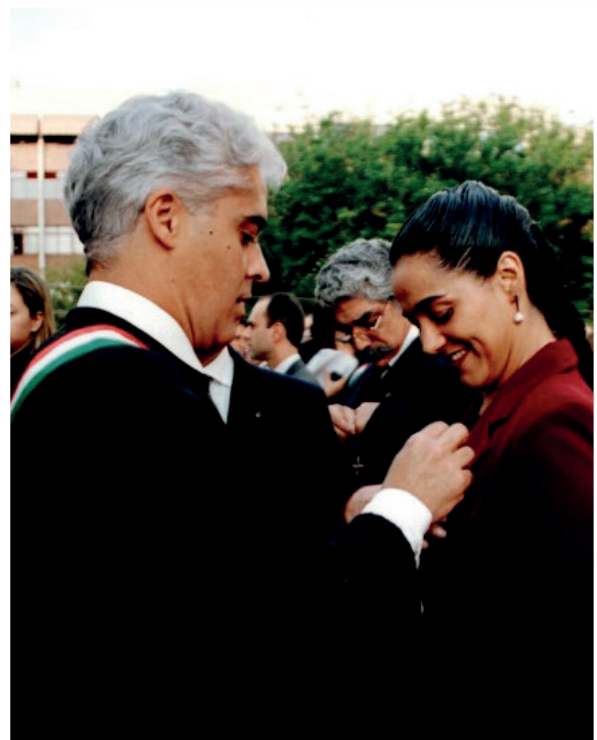
A propósito, que celeiro de competência é o TRT10! Apenas desde que eu ingressei foram quatro magistrados nossos nomeados para compor o TST (Dr. Luciano Castilho - que saudade -, Dra. Calsing, Dr. Alberto Bresciani e Dr. Douglas Alencar). E convivemos com constantes convocações temporárias para atuação na Corte Superior, frequentemente elogiadas. Que o diga o time para lá de *top* integrado por Dra. Heloísa, Dr. Libânio, Dr. Fernando Damasceno, Dr. Neme, Dra. Terezinha, Dr. João Amílcar, Dr. Ricardo, Dr. Ribamar e Dra. Cilene. Um verdadeiro *show* de representatividade.

Na área administrativa também presenciei feitos dignos de registro.

O TRT10 foi o primeiro (sim, o primeiro) Tribunal do mundo (sim, do planeta) a obter um Certificado de Qualidade padrão ISO 9000; criou uma área de gestão de benefícios que rendeu, senão o melhor, um dos melhores planos de saúde

oferecidos no mercado local; foi pioneiro na implantação de um sistema informatizado de administração de pessoal (e haja informações contidas em pastas funcionais que foram lidas, interpretadas e lançadas - imaginem o *emoticon* suado); inaugurou uma Ouvidoria muito antes de isso ser um comportamento habitual no serviço público, menos ainda obrigatório, apenas pela consciência da relevância da unidade no contexto social; inovou quando criou uma unidade interna para prestar assistência direta a servidores com dificuldades de adaptação, uma das atribuições do atual NUAPE. E o que dizer da preocupação em lidar com a difícil questão da responsabilidade socioambiental? Quem acompanha o tema sabe o quanto o TRT10 inaugurou ações relevantes, inspirou o corpo funcional e auxiliou pessoas e entidades locais mediante a adoção de medidas e procedimentos que proporcionaram e continuam proporcionando resultados positivos impressionantes em termos de reciclagem, de redução de despesas e de uso de recursos naturais.

O TRT10 também se destacou no cenário nacional, inspirando a modulação e/ou a edição de normas, quando, de modo considerado ousado à época, concluiu pela possibilidade de utilizar verba pública





empenhada em nome de empresa falida ou “desaparecida” para saldar, diretamente e no *quantum* possível, dívidas trabalhistas de colaboradores terceirizados. Lembro-me de receber ligações dos administradores do Superior Tribunal de Justiça e do Senado Federal elogiando a medida e requerendo orientações para reprisá-la. Nosso procedimento interno terminou sendo nacionalizado, mediante Instrução Normativa, após reconhecimento de legitimidade e pertinência pelo Ministério do Planejamento.

Lembro-me, também, de termos sido o primeiro órgão público a reconhecer a relação homoafetiva para fins previdenciários. Tempos depois, o STF proferiu decisão no mesmo sentido. Alguns servidores públicos do país precisaram ir até o STF. Os do TRT10, não. Orgulho!

Recordo-me da ocorrência de um corte orçamentário muito significativo e do trabalho árduo dos gestores para manter o funcionamento da Corte, com a maior preservação da qualidade de vida possível. Inúmeros procedimentos que alteraram as rotinas de trabalho tiveram que ser implementados em tempo exíguo, o que

foi feito sem perda de produtividade e com uma preocupação muito especial para com os terceirizados, que corriam risco real de se verem desempregados. Tarefa preciosa e elogiável.

Presenciei a criação do Conselho de Saúde, com seu modelo inovador e exemplar. E também dos Comitês Orçamentários do primeiro e do segundo grau, denotando uma verdadeira e pertinente revolução no modo de administrar (*emoticons* de palminhas aos montes).

Eu poderia ficar aqui lembrando e registrando todas as vezes que o TRT10 saiu na frente, como quando inaugurou a regulamentação do direito à redistribuição de servidores, posteriormente acatada e nacionalizada pelo CNJ; quando reconheceu o direito à possibilidade de renúncia a uma aposentadoria já concedida em outro cargo e em outro Poder da República para aquisição do direito a uma nova aposentação no serviço público, inspirando o TCU, que acolheu a tese, a qual naturalmente se tornou nacionalmente conhecida e aplicável; quando provocou a reflexão do CSJT sobre a possibilidade de resolver um problema de pagamento de dívidas trabalhistas reconhecidas no âmbito jurisdicional mediante a adoção de procedimento administrativo específico, o que em muito favoreceu o jurisdicionado (e aqui cabe um agradecimento sem tamanho ao então Secretário-Geral do CSJT, Dr. Ricardo Lucena, e ao seu então Presidente, Ministro Dalazen, pela disponibilidade em ouvir, pela dedicação ao tema e pela competência em estudar a questão sob todos os seus aspectos).

Sim. Há coisas que só o TRT10 fez e faz. E dentre elas está também a aptidão natural para proporcionar a formação das melhores, mais sinceras e mais duradouras amizades que uma pessoa pode ter.

Eu me beneficiei disso. Tenho e terei para sempre os melhores amigos que alguém pode ter.

Adversidades? Momentos ruins? Bolas fora? Sem dúvida tivemos. Mas

insignificantes perto dos nossos feitos. Tão insignificantes que, honestamente, nem sou capaz de descrever direito. Que fiquem por lá no passado.

Meu pensamento vai para o futuro.

Como estarão as coisas quando passarem os próximos 40 anos? Honestamente não tenho ideia. E com os meus 39 (*emoticon* com cara de paisagem de novo) penso que não serei eu a contar.

Então, novatos, apaixonem-se, acompanhem e se habilitem porque o TRT10 é terreno fértil e espaço aberto à inovação; um presente para nós e para nossa comunidade.

Marysol Bertolin Damasceno

Servidora do TRT10